



Brasil, 16 de agosto de 2023

WILSON PINTO NÃO AGUENTA PRESSÃO DE 3G DE LEMANN E PEDE PARA SAIR DA ELETROBRAS

Quando Wilson Pinto Jr voltou para a Eletrobras depois de privatizada, certamente sonhou executar tudo aquilo que planejou enquanto foi operador da privatização na cadeira de Presidente da empresa no governo Temer e nos dois primeiros anos de governo Bolsonaro.

Na primeira saída para a BR Distribuidora (hoje Vibra), Wilson Pinto Jr saiu resignado, descrente que a privatização ocorreria por conta de resistências políticas. Estava errado. Ainda no primeiro trimestre de 2021, no auge da pandemia, quando morriam até 5 mil brasileiros e brasileiras por dia, Bolsonaro mancomunado com Guedes, Bento, 3G de Lemann, Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, editou a famigerada MP 1031/2021 que tramitou em rito sumário e foi aprovada no Congresso Nacional sem o devido debate e eivado de questionamentos sobre a votação eletrônica na Câmara e a sessão do relatório sem relatório no Senado. Da sanção presidencial, em julho de 2021, até a execução da privatização, junho de 2022, passaram-se 11 meses.

Efetivada a privatização, a 3G de Lemann cuidou de montar o conselho de administração da Eletrobras. Liderados por Pedro Batista (preposto da 3G de Lemann) e com a anuência do governo Bolsonaro, estabeleceram uma chapa que envolvia Marisete Dadald (MME), Marcelo Siqueira (Ministério da Economia), Ivan Monteiro (Ex Petrobras e BB), Felipe Vilela Dias (Ex Squadra, bajulador de Pedro Batista), Vicente Falconi (Ex AmBev e 3G) e dois conselheiros indicados por Juca Abdalla (Banco Clássico) e Lírio Parisotto (LPar).

O Conselho da Eletrobras era uma verdadeira ação entre amigos comandada pela 3G de Lemann, um acionista com poder de voto irrelevante (0,05%) nas assembleias, mas que contou com a negociata do governo Bolsonaro que executou o auto boicote do poder de voto da União que, mesmo detendo ainda 43% das ações ordinárias da Eletrobras só poderia votar com 10%.

Com o Conselho montado a gosto de Pedro Batista e Jorge Paulo Lemann, era preciso montar a diretoria executiva da Eletrobras. Foi aí que Batista e Ivan Monteiro montaram o que eles mesmos chamaram de "operação sequestro" de Wilson Pinto Jr da BR Distribuidora (Vibra). Wilson passou anos presidindo a Eletrobras por dentro, era visto pelo 3G de Lemann como o nome ideal para executar uma grande reestruturação que poderia dar a cara que eles queriam para a Eletrobras privada. Rodrigo Limp que presidiu a Eletrobras durante todo o processo de Privatização, ganharia uma vice presidência e continuaria na estrutura.

Wilson Pinto Jr quando voltou à Eletrobras um ano e meio depois de sair, sonhava em terminar o projeto que começou em 2016, mas um desalinhamento de expectativas gigante se sucedeu.

O primeiro grande desafio foi a derrota de Bolsonaro. Com a eleição de Lula, as duras críticas do presidente e a tentativa de retomada do poder de voto com a ADI 7385 no STF, os planos de Wilson iam sendo frustrados. Além disso, com os reservatórios cheios, a perspectiva de entregar resultados mais rapidamente por conta da descotização das usinas não se concretizou.

No dia seguinte da saída de Pinto Jr, o maior indício nos bastidores da Eletrobras é que ocorreu um conflito generalizado com o Conselho de Administração. Wilson era contra o tempo das mudanças propostas pelos conselheiros. Chegou a dizer que com o quantitativo de pessoal que queriam impor, a Eletrobras não conseguiria rodar. Por diversas vezes pediu que confiassem nele porque conhecia a empresa e o setor. De outro lado o conselho só reclamava e chegou a ameaçar por mais de uma vez trocar Wilson pelo vice presidente Élio Wolf.

Se a relação de Wilson com o Conselho estava estremeçada, com a diretoria executiva não foi diferente. Wilson trouxe o VP de



CNE

COLETIVO NACIONAL DOS ELETRICITÁRIOS

REESTATIZAÇÃO
DA ELETROBRAS,
JÁ

Comercialização que na primeira denúncia de corrupção na Delta (antiga empresa do VP) foi limado pelo Conselho de Administração. Além disso, Wilson não conseguiu emplacar nomes que desejava para outra vice presidência e quando voltou para a Eletrobras um ano e meio depois, encontrou outros vice presidentes empoderados. O trio Camila Gualda, Elvira Presta e Rodrigo Limp ganhou força por ter executado o front da privatização.

Apesar de hierarquicamente Wilson estar acima deles, era como se suas vice presidências tivessem vida própria e trânsito direto com os conselheiros da 3G de Lemann. Alguns exemplos corroboram com essa análise, como o cronograma dos desligamentos do PDC e o processo de reestruturação da Eletrobras na ANEEL.

Wilson também sempre questionou a forma como os acionistas se relacionaram com sindicatos e Governo. Vale lembrar que o Governo fez dois pedidos à Eletrobras, ambos relativos à suspensão de desligamentos, ambos sem qualquer resposta pela Eletrobras da 3G. Pelo tempo que passou na Eletrobras, e por ser um homem do setor, preferia um tom mais conciliatório.

Por fim, com as notificações que a Eletrobras passou a receber do TCU, ANEEL e do Governo, através do Ministério de Minas e Energia, as desavenças entre Wilson e o Conselho aumentavam. Tudo leva a crer que ele esperou para divulgar o resultado de lucro de R\$ 1,6 bi do 2º trimestre para tentar sair por cima. Mas a verdade é que sentiu o gosto amargo da teoria dos oceanos "sempre vai existir um peixe maior que você".

Wilson Pinto Jr que era tido como algoz dos trabalhadores, do movimento sindical, pela passada anterior na empresa e pela forma como conduziu outras empresas do setor, ao retornar para a Eletrobras encontrou uma forma de gestão baseada única e exclusivamente em números de resultados com vistas à remuneração dos acionistas.

A Eletrobras baseada em prestar um bom serviço a sociedade, com estrutura nas pontas, foco no negócio não existia mais. Parece que

nem ele aguentou a pressão e a desorganização que virou a Eletrobras sob a batuta dos conselheiros da 3G de Lemann.

Wilson sai da Eletrobras antes de responder aos órgãos de fiscalização e controle que começam a interpelar a empresa sobre o aumento de acidentes de trabalho, descumprimento de normas regulamentadoras de segurança, falta ou diminuição em manutenção programada nas empresas por falta de contingente técnico.

As mudanças na diretoria e no conselho da Eletrobras demonstram o que é a forma 3G de gestão, e, que, essa gestão não se aplica ao tipo de negócio pelo qual, infelizmente, estão responsáveis. Esse total desalinhamento, essas divergências abissais reforçam tudo o que nós, do Coletivo Nacional dos Eletricitários sempre denunciávamos. Um setor estratégico, de prestação de serviço essencial, deve ter o controle do Estado.

Essa Corporation de faz de conta, comandada por quem já trouxe um prejuízo ao Brasil – vejam o caso das Americanas, pode quebrar a Eletrobras e apagar o Brasil. Nunca será por falta de aviso.

Agora, para sobreviver, a turma da 3G de Lemann coloca Ivan Monteiro como CEO da empresa e traz Vicente Falconi para a presidência do Conselho e Felipe Vilela Dias para a vice presidência. Um jogo de cartas marcadas que só reforça o poder de mando e desmando de Pedro Batista e da 3G de Lemann na Eletrobras. Neste jogo de dados viciados, cogitam agora a volta de Fernando Coelho Filho para o MME. O deputado foi precursor da privatização.

Sabemos o quanto será desafiador enfrentar essa gente, mas não vamos recuar. Nesse momento é importante que o governo intensifique os trabalhos para retomar o poder de voto na Eletrobras para que não passemos por aumentos abusivos na conta de luz e riscos de desabastecimento de energia no Brasil. Não existe acordo possível com quem não pensa no País.

No EletrobrasDay viraram a chave pro lado errado. Nós seguimos na luta e não vamos desistir até a vitória.

